

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020

O MUNICÍPIO DE GRAMADO DOS LOUREIROS/RS, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993, torna público, para conhecimento de interessados, que às **10:00 horas, do dia 11 de março de 2020**, na Prefeitura Municipal, Secretaria da Administração, situada na Rua José Pedro Loureiro de Melo, n. 1070, Município de Gramado dos Loureiros, o pregoeiro e a Equipe de Apoio designados por Portaria, reunir-se-ão com a finalidade de receber propostas de empresas do ramo pertinente ao objeto deste Edital, em conformidade com o Decreto Municipal nº 11/2016, bem como com as disposições da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, bem como as condições estabelecidas no presente Edital.

I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de Apoio Administrativo e Gerencial, na área de Setor de Pessoal, Projetos, Prestação de Contas, no período de 01 de abril de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Setor de Pessoal ou Recursos Humanos:

- Auxiliar na implantação do eSocial, com a elucidação de dúvidas, elaboração, revisão e arquivamento de documentos e realização de treinamentos aos Servidores;
- Auxiliar na organização do Setor de Pessoal quanto à: Controle de pontos; Gestão da Folha de Pagamento; execução do Estágio Probatório; análise de casos existentes referentes a Contratação de Pessoal, Reenquadramentos, Movimentações na Carreira, Rescisões; emissão de orientações técnicas com base em Leis Municipais e Federais, entre outras atividades necessárias;
- Auxiliar na elaboração de Editais de Processos Seletivos e Contratos Emergenciais;
- Auxiliar na organização de Departamento de Pessoal conforme orientação do TCE.

Setor de Projetos e Prestação de Contas:

- Realizar a Gestão de Projetos e Desenvolvimento Social, nos sistemas desenvolvidos em plataforma web, em acordos, ajustes, instrumentos técnicos de solicitações de convênios, propostas, pré-propostas, projeto básico/termo de referência, interposição de recursos em pleitos e análise e manifestação dos recursos, com informação de programas abertos para cadastramento de propostas;
- Fazer a elaboração, encaminhamento e acompanhamento de projetos, visando a captação de recursos federais e estaduais, bem como junto a outros órgãos e/ou Autarquias;

- Realizar a Gestão do SICONV (Sistema Integrado de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal), com formatação de Declaração de Capacidade Técnica e Operacional, Plano de aplicação detalhado, plano de aplicação consolidado, fundamentações técnicas e resolução de diligências de Pareceres;
- Acompanhar e auxiliar nos procedimentos realizados via OBTV, tais como: Cadastrar Ordenador de Despesa OBTV, Pagamento com OBTV, Tipos de Pagamento por OBTV, Autorizar Movimentação Financeira, Cancelar Movimentação Financeira, Conciliação Bancária com OBTV, Classificar Ingresso de Recurso, Discriminar OBTV, Extrato Bancário do Convênio;
- Auxiliar na elaboração da Prestação de Contas de Convênios junto ao SICONV e demais órgãos competentes, realizando o acompanhamento até aprovação;
- Auxiliar na elaboração da documentação técnica necessária, para atendimento à Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016 e à Instrução Normativa MP Nº 2/2018;
- Acompanhar o impacto de propostas e projetos no planejamento do Município (PPA, LDO e LOA);
- Auxiliar na elaboração de Propostas e Prestação de Contas da Consulta Popular;
- Auxiliar na elaboração, acompanhamento e prestação de contas de propostas junto ao FNS – Fundo Nacional de Saúde;
- Fazer a gestão do SIGA – Sistema de Gerenciamento de Ações da FUNASA;
- Acompanhamento e preenchimento de informações junto ao SNIS;
- Auxiliar na implementação, elaboração e acompanhamento de ações, programas e estratégias do Ministério da Saúde, tais como: [Academia da Saúde](#), [NASF](#), [PMAQ](#), [Práticas Integrativas e Complementares](#), [Requalifica UBS](#), etc.

A prestação de serviços compreende:

- Atendimento presencial, com profissionais de nível superior, com formação na área de Direito, inscrito na OAB/RS e com formação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, na sede do município de Gramado dos Loureiros, por 4 (quatro) horas semanais.
- Atendimento via e-mail e telefones em todos os dias úteis e horário comercial.

II - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

2.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão deverão obedecer ao disposto no artigo 41, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.2 - O Pregoeiro, neste caso, encaminhará as impugnações à Autoridade Competente que decidirá no prazo legal.

III – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1 – Para participação deste certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 07 deste Edital, deverá apresentar a sua proposta de preços e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, além da razão social e endereço completo atualizado:

AO MUNICÍPIO DE GRAMADO DOS LOUREIROS
SETOR DE LICITAÇÕES – COMISSÃO DE LICITAÇÕES
ENDEREÇO AV. JOSÉ PEDRO LOUREIRO DE MELO, 1070.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA LICITANTE)

AO MUNICÍPIO DE GRAMADO DOS LOUREIROS
SETOR DE LICITAÇÕES – COMISSÃO DE LICITAÇÕES
ENDEREÇO AV. JOSÉ PEDRO LOUREIRO DE MELO, 1070
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA LICITANTE)

IV - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 – A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro diretamente ou através de seu representante legal que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, com poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame, no interesse da representada.

4.2 – A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4.3 – O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, compatível com o objeto desta licitação, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição

de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

b) se representante legal, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida em cartório, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; **ou**

b.2) termo de credenciamento (conforme modelo no Anexo II deste Edital) outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Obs.: Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa. É obrigatória a apresentação de documento de identidade.

c) se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.

4.4 - Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

4.5 - Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4.6 – A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador ou Certidão emitida pela Junta Comercial da sede da licitante, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

4.6.1 – As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, conforme o disposto no artigo 34 da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra no limite de receita referido acima.**

4.7 - Em atendimento ao disposto no inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002, o representante legal credenciado declarará, nos moldes do Anexo III deste Edital, que sua representada cumpre plenamente os requisitos de habilitação, sob pena de não aceitação da sua proposta pelo Pregoeiro.

05 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1 - No dia, hora e local mencionado no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá o CREDENCIAMENTO e os envelopes nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS e nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.2 – Uma vez encerrada a conferência do CREDENCIAMENTO, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

5.3 – O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.

06 - DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1 – É obrigatória a presença do representante legal da licitante na sessão pública para recebimento das propostas de preços, não sendo aceitas propostas enviadas pelo correio, meio eletrônico, fax ou qualquer outra forma de entrega.

6.2 - A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado, datilografada ou impressa por meio eletrônico em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, preferencialmente nos moldes sugeridos no Anexo I deste Edital, e deverá conter:

a) razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail (se houver), nome da pessoa indicada para contatos e dados bancários;

a.1) o nº do **CNPJ** deverá ser o mesmo para participação na licitação e emissão do documento fiscal (Nota Fiscal ou Fatura) para efeitos de cobrança;

b) especificações detalhadas do item ofertado, frente às especificações contidas neste Edital, de modo que o pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações deste Edital foram ou não atendidas;

c) indicação do prazo de validade da proposta não inferior a 30 (trinta) dias.

6.3 – Preço da contratação por mês, que deve ser indicado, em moeda nacional, para o item licitado, já incluídos todos os custos com impostos, taxas, e demais encargos necessários para a execução do objeto contratado, inclusive as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais, previdenciários e trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

6.4 - Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

07 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 – No julgamento das propostas, será julgada vencedora aquela proposta que o Município deverá desembolsar o menor valor, ou seja, aquela que apresentar o **menor valor mensal**.

CRITÉRIO PARA O JULGAMENTO É O DE MENOR VALOR MENSAL.

7.1.1 - Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação do vencedor.

7.2 - Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.3 - No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta

classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.4 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

7.5 - É vedada a oferta de lances com vista ao empate.

7.5.1 - A diferença entre cada lance será definida pelo Pregoeiro nunca superior a R\$ 50,00 (Cinquenta reais).

7.5.2 - O prazo máximo para a oferta de lances será definida pelo Pregoeiro nunca superior a 02 (dois) minutos para cada lance.

7.5.3 - Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 17 - DAS SANÇÕES PARA O INADIMPLEMENTO deste Edital.

7.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.7 - Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.8 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.9 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em levantamento de preços.

7.10 - A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital, com o preço de mercado e ofertar o **menor valor MENSAL**.

7.11 - Serão desclassificadas:

a) as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as

que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponha o qualquer dispositivo legal vigente;

b) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis.

7.12 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital.

7.13 – Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item “6.6” deste Edital.

7.13.1 – Entende-se como empate ficto àquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

7.14 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 02 (dois) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrem na hipótese do item “9.14.1” deste Edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

7.15 – Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfazer às exigências do item “9.15” deste Edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

7.16 – O disposto nos itens “9.14” a “9.16” deste Edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa,

empresa de pequeno porte ou cooperativa.

7.17 – As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

7.18 - Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

7.19 - A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações deste Município, conforme item “18.10” deste Edital.

7.20 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

08 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Para fins de habilitação neste Pregão Presencial, a licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal e da Certidão Negativa de Dívida Ativa para com a União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- c)** Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- d)** Certidão que prove a regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) expedida pela justiça do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011;
- f)** Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação, conforme modelo no Anexo IV deste Edital;

- g) Declaração, sob as penas de lei, que está ciente das condições estabelecidas neste Edital e que possui capacidade operativa para atender ao objeto licitado, conforme modelo no Anexo V deste Edital;
- h) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo no Anexo VI deste Edital;
- i) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor do Foro da Sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias;
- j) Documentos relativos a Qualificação Técnica, sendo:
 - a) Comprovação de que a licitante possui vínculo com profissional de nível superior com habilitação em ciências jurídicas, que será o responsável pela execução dos serviços durante a execução do contrato.
 - b) Comprovação de inscrição do responsável técnico (profissional indicado na alínea anterior) no Conselho Competente.
 - c) Apresentar no mínimo 02(dois) atestado de qualificação técnica, em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público, comprovando que a empresa licitante forneceu satisfatoriamente objeto compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

8.2 – A microempresa, empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item “6.6”, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item “10.1” deste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

8.2.1 – O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.2.2 – Ocorrendo a situação prevista no item “10.2”, a sessão do pregão será suspensão, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

8.2.3 – O benefício de que trata o item “10.2” não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

8.2.4 – A não regularização da documentação, no prazo fixado no item “10.2”, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item “11.3”, sem prejuízo das penalidades previstas no Item 17 deste Edital.

Obs.: Os documentos solicitados anteriormente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por funcionário da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.3 - O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

09 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.2 – Os licitantes vencedores da disputa de lances, deverão apresentar no prazo de 02 (dois) dias úteis após a adjudicação os dados bancários (Banco, agência e nº da conta).

9.3 - Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subseqüentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.4 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese dos motivos do recurso, o prazo para apresentar as razões do recurso, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso.

10.2 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública supracitada, terão o prazo

de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 - As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, ao Setor de Licitações, no endereço mencionado no Item 01 deste Edital.

10.5 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

11 – DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, imediatamente, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

11.2 - O prazo de que trata o item anterior é improrrogável.

11.3 - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados conforme previsto neste Edital, ou então, revogará a Licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

12 - DO PAGAMENTO

12.1 – O pagamento será efetuado até o décimo dia do mês subsequente da prestação dos serviços.

12.2 – O documento fiscal deverá estar de acordo com os valores unitários e totais constantes na planilha da proposta da Contratada, que fica fazendo parte integrante do presente Edital, independente de transcrição ou anexação.

12.4 - Não serão aceitos boletos bancários. Somente serão efetuados depósitos em conta corrente.

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

057 – Código Reduzido

0302 – Secretaria de Administração.

339039000000 – Outros serviços de terceiros Pessoas jurídicas.

2009 – Manutenção Serviços Secretaria de Administração.

14 - DAS SANÇÕES PARA O INADIMPLEMENTO

14.1 - Em caso de inadimplência, o contratado estará sujeito às seguintes penalidades:

15.1.1 - Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

15.1.2 - Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor do objeto contratado e não entregue;

15.1.3 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, quando o CONTRATADO deixar de cumprir com as obrigações assumidas;

15.1.4 - Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de GRAMADO DOS LOUREIROS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, dependendo da gravidade da falta;

15.1.5 - Rescisão do contrato pelos motivos previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações;

15.1.6 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item “17.1.4” retro.

15.2 – As multas a que alude o subitem “17.1”, não impedem que o Contratante rescinda unilateralmente o contrato ou aplique, também, outra das penalidades previstas;

15.3 – A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser desconsiderada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – Os serviços serão recebidos e aceitos após sumária inspeção realizada pelo Órgão requisitante, podendo ser rejeitados caso desatendam as especificações exigidas.

16.2 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 - É de inteira e expressa responsabilidade do contratado todas as despesas necessárias para a execução do objeto deste Edital, incluindo custos de materiais, impostos, taxas, seguros, descontos, transporte, diárias de pessoal, translados, recursos materiais e humanos, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas, pessoal, previdenciários e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes deste Edital.

16.4 – É de exclusiva responsabilidade do Contratado o ressarcimento por danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelos servidores designados pelo Contratante.

16.5 – Qualquer tolerância ou concessão do Contratante para com a Contratada, quando, não manifestada por escrito, não terá validade e não poderá ser invocado para alterar os compromissos assumidos neste instrumento.

16.6 - O contratado é responsável pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

16.7 - Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos.

16.8 – O Contratado submete-se às exigências, descontos e/ou retenções exigidos pelo INSS, ISS e IR, quando ocorrer o fato gerador;

16.9 - Fica assegurado ao Município de GRAMADO DOS LOUREIROS o direito de a qualquer tempo, antes da contratação, revogar a presente Licitação, por interesse

público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, suficiente para justificar o ato, sem que assista às licitantes direito à indenização.

16.10 – Informações complementares sobre o presente Edital poderão ser obtidas através do telefone OXX54 991445675 ou 991450185. Se referentes a condições específicas para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, deverão ser solicitadas à Comissão, por escrito, no endereço indicado para recebimento das propostas, no máximo em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Licitação. As licitantes que tiverem eventuais dúvidas na interpretação dos termos deste Edital serão atendidas durante o expediente da Prefeitura Municipal de GRAMADO DOS LOUREIROS, pelo Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para a abertura da Licitação, no Setor de Licitações, sito na Av. José Pedro Loureiro de Melo, 1070, centro ou pelo site www.gramadodosloureiros.rs.gov.br ou e-mail: pmgl.planejamento@gmail.com.

16.11 Integra este Edital os seguintes **ANEXOS**:

- Anexo I – Descrição do objeto;
- Anexo II – Modelo de credenciamento específico;
- Anexo III – Modelo de declaração, conforme inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002;
- Anexo IV - Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo à habilitação;
- Anexo V – Modelo de declaração;
- Anexo VI – Modelo de declaração do art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Anexo VII – Minuta de contrato.

Gramado dos Loureiros, RS, 26 de fevereiro de 2020.

Osmar José Zim
Prefeito Municipal

VALOR DE REFERÊNCIA: R\$ 2.900,00 mensal

VALOR TOTAL MENSAL: R\$.....

ANEXO II

CRENCIAMENTO ESPECÍFICO

(Modelo)

Pelo presente a empresa, situada na, CNPJ n.º....., através de seu, outorga ao Sr., RG n.º, CPF nº amplos poderes para representá-la junto ao Município de Gramado dos Loureiros – RS., no Pregão n.º **004/2020**, inclusive para interpor ou desistir de recursos, receber citações, intimações, responder administrativa e judicialmente por seus atos, formular ofertas e lances de preços e, enfim, praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.

Local e Data

Assinatura do representante legal da licitante

Firma reconhecida ou 02 (duas) testemunhas qualificadas (Nome, CPF e RG)

ANEXO III

DECLARAÇÃO

(Modelo)

(Nome da empresa)....., CNPJ n.º
....., sediada..... (endereço
completo), declara, sob as penas da lei, conforme art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520,
de 17 de julho de 2002, que está ciente e cumpre plenamente os requisitos da
habilitação e entrega os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço
oferecidos.

Local e Data

Assinatura do representante legal da licitante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À
HABILITAÇÃO
(Modelo)

(Nome da empresa)....., CNPJ n.º
....., sediada..... (endereço
completo), declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistente fato
superveniente impeditivo para sua habilitação no presente procedimento licitatório,
estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Assinatura do representante legal da licitante

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2020

MODELO DE DECLARAÇÕES

O LICITANTE abaixo DECLARA, para todos os fins e efeitos das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, sob as penalidades cabíveis, responsabilizando-se pelo inteiro teor desta declaração, que:

- a)** recebeu em tempo hábil toda a documentação pertinente e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições do presente Edital,
- b)** possui capacidade operativa e disponibilidade financeira para atender ao objeto desta licitação;

Local e Data

Assinatura do representante legal da licitante

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Modelo)

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação, que a empresa _____, cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do artigo sétimo da Constituição Federal: "... proibição de trabalho noturno perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".

Ressalva:

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e Data

Assinatura do representante legal da licitante

ANEXO VII

MINUTA - CONTRATO DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA E TÉCNICA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE GRAMADO DOS LOUREIROS /RS

Pelo presente instrumento particular de contrato, as partes de um lado **MUNICÍPIO DE GRAMADO DOS LOUREIROS**, Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Avenida -----, na cidade de Gramado dos Loureiros, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por Osmar José Zim, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Gramado dos Loureiros, residente e domiciliado em Gramado dos Loureiros, RS e, de outro,, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº/....-., com sede na, nº ..., na cidade de, .., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por, brasileiro,,, CPF nº, residente e domiciliado na cidade de, .., em conformidade com a licitação, modalidade Pregão Presencial nº 004/2020, firmam o presente Termo Contratual Administrativo de Prestação de Serviços, com obediência à Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, aos princípios de direito público e às cláusulas e condições a seguir:

1. Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de Apoio Administrativo e Gerencial, na área de Setor de Pessoal, Projetos, Prestação de Contas, no período de 01 de abril de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Setor de Pessoal ou Recursos Humanos:

- Auxiliar na implantação do eSocial, com a elucidação de dúvidas, elaboração, revisão e arquivamento de documentos e realização de treinamentos aos Servidores;
- Auxiliar na organização do Setor de Pessoal quanto à: Controle de pontos; Gestão da Folha de Pagamento; execução do Estágio Probatório; análise de casos existentes referentes a Contratação de Pessoal, Reenquadramentos, Movimentações na Carreira, Rescisões; emissão de orientações técnicas com base em Leis Municipais e Federais, entre outras atividades necessárias;
- Auxiliar na elaboração de Editais de Processos Seletivos e Contratos Emergenciais;
- Auxiliar na organização de Departamento de Pessoal conforme orientação do TCE.

Setor de Projetos e Prestação de Contas:

- Realizar a Gestão de Projetos e Desenvolvimento Social, nos sistemas desenvolvidos em plataforma web, em acordos, ajustes, instrumentos técnicos de solicitações de convênios, propostas, pré-propostas, projeto básico/termo de referência, interposição de recursos em pleitos e análise e manifestação dos recursos, com informação de programas abertos para cadastramento de propostas;
- Fazer a elaboração, encaminhamento e acompanhamento de projetos, visando a captação de recursos federais e estaduais, bem como junto a outros órgãos e/ou Autarquias;
- Realizar a Gestão do SICONV (Sistema Integrado de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal), com formatação de Declaração de Capacidade Técnica e Operacional, Plano de aplicação detalhado, plano de aplicação consolidado, fundamentações técnicas e resolução de diligências de Pareceres;
- Acompanhar e auxiliar nos procedimentos realizados via OBTV, tais como: Cadastrar Ordenador de Despesa OBTV, Pagamento com OBTV, Tipos de Pagamento por OBTV, Autorizar Movimentação Financeira, Cancelar Movimentação Financeira, Conciliação Bancária com OBTV, Classificar Ingresso de Recurso, Discriminar OBTV, Extrato Bancário do Convênio;
- Auxiliar na elaboração da Prestação de Contas de Convênios junto ao SICONV e demais órgãos competentes, realizando o acompanhamento até aprovação;
- Auxiliar na elaboração da documentação técnica necessária, para atendimento à Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016 e à Instrução Normativa MP N° 2/2018;
- Acompanhar o impacto de propostas e projetos no planejamento do Município (PPA, LDO e LOA);
- Auxiliar na elaboração de Propostas e Prestação de Contas da Consulta Popular;
- Auxiliar na elaboração, acompanhamento e prestação de contas de propostas junto ao FNS – Fundo Nacional de Saúde;
- Fazer a gestão do SIGA – Sistema de Gerenciamento de Ações da FUNASA;
- Acompanhamento e preenchimento de informações junto ao SNIS;
- Auxiliar na implementação, elaboração e acompanhamento de ações, programas e estratégias do Ministério da Saúde, tais como: [Academia da Saúde](#), [NASF](#), [PMAQ](#), [Práticas Integrativas e Complementares](#), [Requalifica UBS](#), etc.

A prestação de serviços compreende:

- Atendimento presencial, com profissionais de nível superior, com formação na área de Direito, inscrito na OAB/RS e com formação em Análise e

Desenvolvimento de Sistemas, na sede do município de Gramado dos Loureiros, por 4 (quatro) horas semanais.

- Atendimento via e-mail e telefones em todos os dias úteis e horário comercial.

2. DO PREÇO:

2.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ (.....), até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante a apresentação de nota fiscal.

2.2 Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS, relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.

2.3. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

3. DO INÍCIO DOS SERVIÇOS, DO PRAZO, DA PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

3.1. O início dos serviços será imediato, após a homologação da licitação e assinatura do Contrato.

3.2. A vigência do contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses consecutivos, contados da data da assinatura do respectivo Termo Contratual, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

3.3. O contrato, se prorrogado, será reajustado pelo índice do IGPM.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo Contratual, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

057 – Código Reduzido

0302 – Secretaria de Administração.

339039000000 – Outros serviços de terceiros Pessoas Jurídicas.

2009 – Manutenção Serviços Secretaria de Administração.

5. DAS SANÇÕES

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito;
- b) multa sobre o valor global da contratação;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.1. Advertência: executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado;

5.2. Multa Diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato: se executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual.

5.3. Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato: na inexecução parcial do contrato;

5.4. Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato: na inexecução total do contrato;

5.5. Declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) até anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato: se causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual.

6. As penalidades serão registradas no cadastro da Contratada, quando for o caso.

7. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8. Se a CONTRATADA não tiver valores a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

9. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento contratual será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

10. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir unilateralmente o presente, sem que caiba indenização, caso haja interesse público justificado.

11. Os casos omissos e quaisquer dúvidas advindas deste contrato administrativo serão resolvidos pela legislação em vigor incidente à matéria, elegendo-se para tanto, de comum acordo entre as partes, o foro da Comarca de Nonoai, RS.

E, assim, achado justo e conforme, ratificam as partes contratantes o presente **TERMO CONTRATUAL**, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos efeitos.

Gramado dos Loureiros, RS, .. de de 2020.

Município de Gramado dos Loureiros

Osmar Jose Zim,
Prefeito Municipal.
c/Contratante,

c/Contratada.